



GT 22. Cartografia Social, Megaempreendimentos, Conflitos Sociais e Povos e Comunidades Tradicionais

Coordenador(es):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

O objetivo do G.T consiste em analisar a relação entre a implantação de megaprojetos de mineração, infraestrutura e logística e seus efeitos socioambientais a partir do mapeamento das estratégias globalizadas de desenvolvimento executadas na Amazônia e no Cerrado, com base na representação dos próprios povos e comunidades atingidos. Um elemento comum dos projetos que investem na mineração refere-se à concentração fundiária sob o domínio de grupos de interesse vinculados aos agronegócios e à extração mineral e de gás e petróleo. Os efeitos mais pertinentes concernem ao modo como o aquecimento do mercado de terras e a respectiva tendência ascensional dos atos de compra e venda, juntamente com o aumento da grilagem, tem inviabilizado a reprodução física e cultural destes povos e comunidades, desestruturando radicalmente a vida social e as modalidades de uso comum dos recursos básicos. Em termos jurídicos tem-se a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas e por extensão das chamadas “terras comunitárias”. Tal fato pode ser observado tanto na Amazônia, quanto no Cerrado e em outras regiões do País, com a destinação de grandes extensões de terras para a monocultura (soja, algodão, eucalipto, cana-de-açúcar), pecuária extensiva, extração mineral e obras de infraestrutura ou de escoamento da produção (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, gasodutos, hidrelétricas e parques eólicos).

Infrapolítica e neoextrativismo: comuns como prática de resistência cotidiana das mulheres da Pracaju.

Autoria: Gabriela Colares Teixeira (UFC - Universidade Federal do Ceará), Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá

A pesquisa tem por escopo compreender as formas de resistência cotidianas (SCOTT, 2000) das mulheres que compõem o projeto Produção Rural Alternativa de Caju (Pracaju). As práticas e discursos ocultos (SCOTT, 2000) dessas mulheres podem ser interpretados como formas de resistência ao modelo de desenvolvimento dominante representado, na comunidade onde vivem, pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Situada no nordeste brasileiro, a comunidade encontra-se na porção oeste da Região Metropolitana de Fortaleza, parte do estado do Ceará abrangida pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), que possui a CSP como principal investimento. Baseado em work de campo etnográfico, recorre-se aos materiais compostos principalmente pelos relatos das mulheres interlocutoras da pesquisa de campo. Trata-se de destacar parte das narrativas sobre a presença de uma siderúrgica nos arredores daquela comunidade e, mais do que isso, sobre como as mulheres lidam com os possíveis paradoxos de receber financiamento de uma empresa que elas próprias percebem como trazendo impactos negativos para o local. As práticas baseadas em relações de compartilhamento e comunhão são também analisadas como expressão de uma gramática de resistência não declarada. Pensando as relações da história local com os desenvolvimentos históricos internacionais, tem-se como justificativa a necessidade de contribuir com o debate acerca dos impactos causados por grandes empreendimentos a populações tradicionais e dos modos de resistência de tais populações, bem como somar às reflexões sobre o modelo de desenvolvimento dominante, compreendido a partir do conceito de neoextrativismo (GUDYNAS, 2009). A compreensão de formas resistência que se dão em um âmbito infrapolítico traz subsídios para pensar a política de grupos



subordinados para além das análises clássicas das ciências sociais, que privilegiam as ações de movimentos sociais e protestos abertos no processo de transformação social. Para tal, está sendo realizado levantamento documental e bibliográfico sobre os temas pertinentes, bem como work de campo priorizando a adoção de estratégias qualitativas, como observação e produção de diários de campo e entrevistas. A pesquisa está em desenvolvimento e, assim, ainda não dispõe de resultados. Afirma-se como hipótese da pesquisa a ideia de que ao trabalharem segundo lógicas que se pautam por uma preocupação com a solidariedade, com a comunidade e com o meio-ambiente, compreendendo esses processos de modo ampliado em suas formas cotidianas de produção e reprodução da vida, aquelas mulheres podem estar opondo-se, sem declarar de forma direta e aberta, ao modelo de desenvolvimento no contexto neoliberal do neoextrativismo que justifica a existência de megraempreendimentos como a CSP.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: